



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação Final ao Projeto de Lei nº 664/2011
(Autoria do Deputado Anibelli Neto)**

Estabelecimento de regras quanto ao descarte de produtos químicos e biológicos de uso veterinário, seus componentes e afins.

Art. 1º A presente Lei estabelece regras quanto ao descarte de produtos químicos e biológicos de uso veterinário, seus componentes e afins.

Art. 2º Os consumidores dos produtos de que trata o art. 1º desta Lei deverão efetuar a devolução das embalagens vazias aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridas, no prazo de até um ano, contados da data de sua compra.

Art. 3º Os comerciantes e distribuidores dos produtos de que trata o art. 1º desta Lei ficam obrigados a realizar a coleta das embalagens e efetuar seu encaminhamento aos fabricantes ou importadores dos produtos por eles adquiridos.

Parágrafo único. Caso seja autorizado pelo Poder Executivo em regulamento, a devolução poderá ser intermediada por postos ou centros de recolhimento.

Art. 4º As empresas fabricantes dos produtos de que trata o art. 1º desta Lei são responsáveis pela destinação das embalagens vazias dos produtos por elas fabricados, após a devolução pelos comerciantes ou distribuidores, bem como pela destinação dos produtos apreendidos pela ação fiscalizadora e dos produtos impróprios para utilização ou em desuso, com vistas à sua reutilização, reciclagem ou destruição, conforme determinação dos órgãos ambientais competentes.

§ 1º Quando se tratar de produtos importado, a pessoa física ou jurídica responsável pela sua importação assumirá a responsabilidade de que trata o *caput* deste artigo.

§ 2º Os fabricantes e importadores ficam proibidos de cobrar dos comerciantes ou distribuidores qualquer valor referente à destinação final das embalagens dos produtos de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 5º Sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, a infração de disposições desta Lei acarretará, isolada ou cumulativamente, a aplicação das seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa de até 150 UPF/PR (cento e cinquenta Unidades Padrão Fiscal do Paraná), aplicável em dobro em caso de reincidência;

III - suspensão de autorização, registro ou licença estadual;


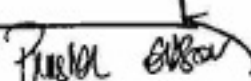
IV - cancelamento de autorização, registro ou licença estadual.

Art. 6º Caso julgue necessário, o Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei para garantir seu fiel cumprimento.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor após um ano da data de sua publicação, destinando tal período à adaptação dos envolvidos por sua abrangência.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2014.


Alexandre Curi
Presidente


Relator 


Relator


Relator


Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 414/2014 (Autoria do Poder Executivo)

Autoriza a Copel Geração e Transmissão S.A., subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel, a efetuar venda direta de imóvel ao Estado do Paraná, afeto à Secretaria de Estado da Educação - SEED.

Art. 1º Autoriza a Copel Geração e Transmissão S.A., Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel, a alienar, ao Estado do Paraná, afeto à Secretaria de Estado da Educação - SEED, por meio de venda direta, o bem imóvel de sua propriedade localizado no Município de Figueira, na Rua 1, Quadra 14, Lote 1, Área Lote 12.121,00m², registrado sob Matrícula nº 6.898, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Curiúva.

Art. 2º As providências e as despesas para escrituração e registro perante o Cartório de Registro de Imóveis ficam sob a responsabilidade do adquirente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2014.

João Luiz
Roberto Lupatini

Alexandre Curi
Alexandre Curi
Presidente

Relator
Paulo Roberto
Paulo Roberto



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



PROJETO DE LEI

395/14

Súmula: Acrescenta o inciso X no art. 3º e dá nova redação ao § 1º do referido artigo, da Lei nº 17.170, de 24 de maio de 2012, que dispõe sobre a remuneração da Polícia Civil do Estado do Paraná.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Acrescenta inciso X no art. 3º da Lei nº 17.170, de 24 de maio de 2012, com a seguinte redação:

"X - verba transitória pelo exercício de ensino ministrado ou supervisionado pela Escola Superior de Polícia Civil, a ser regulamentada por decreto."

Art. 2º O § 1º do art. 3º da Lei nº 17.170, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º As verbas previstas nos incisos V, IX e X estão sujeitas à incidência do teto remuneratório."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de agosto de 2014.



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 02 SET. 2014

1º Secretário

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 02 SET. 2014

Presidente

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva acrescentar o inciso X ao art. 3º e dar nova redação ao § 1º do referido artigo, da Lei nº 17.170, de 24 de maio de 2012, que dispõe sobre a remuneração da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Na data de 24 de maio de 2012, em cumprimento aos comandos insculpidos no § 9º do art. 144 da Constituição Federal, e art. 47, § 1º, da Constituição Estadual, foram sancionadas as Leis nºs 17.169 e 17.170, que dispõem, respectivamente, sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, e sobre o sistema remuneratório dos policiais civis por meio de subsídio, ambos fixados em parcela única, sendo vedado acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio ou outra espécie remuneratória de carreira, à exceção das verbas estabelecidas no art. 3º de ambos os diplomas legais.

Por lapso, certamente, ao enumerar as verbas não incluídas na composição do subsídio dos servidores policiais civis, não se contemplou naquele dispositivo a verba transitória pelo exercício de ensino ministrado ou supervisionado pela Escola Superior de Polícia Civil, a se considerar que tal verba, de natureza modal, condicionada a certo evento, não se revela incompatível com o regime de subsídio, por se tratar de parcela devida somente aos servidores que desempenhem, ao lado das atribuições normais do seu cargo, também as atividades de magistério policial no âmbito da Instituição Policial Civil.

Aliás, e foi nessa mesma linha de entendimento que a Lei nº 17.169/2012, ao dispor sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, também no seu art. 3º, inciso VI, excluiu referida parcela da formação do subsídio, ali definida como verba transitória pelo exercício de ensino nas escolas de polícia.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/CTL/Prot. 13.013.556-0

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para impressão

Lei 17170 - 24 de Maio de 2012

Alterado Compilado Original



Publicado no Diário Oficial nº 8721 de 25 de Maio de 2012

Súmula: Dispõe sobre a remuneração da Polícia Civil e Delegados do Estado do Paraná, conforme determina o § 9º do art. 144 da Constituição Federal.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O sistema remuneratório dos policiais civis e delegados, membros da Polícia Civil do Estado do Paraná, é estabelecido por meio de subsídio, fixado na forma das tabelas constantes nos Anexos I, II e III da presente Lei.

Parágrafo único. O subsídio é fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio ou outra espécie remuneratória de carreira, salvo as verbas estabelecidas no art. 3º da presente Lei.

Art. 2º. Nenhuma redução remuneratória, de proventos ou pensão, poderá advir em consequência desta Lei, sendo assegurado ao policial e delegado ativo, aposentado, ou gerador de pensão o direito à percepção do valor da diferença entre a remuneração, legalmente percebida na data da publicação desta Lei, e o subsídio correspondente.

§ 1º. A diferença de subsídio de que trata este artigo será paga como verba de natureza provisória, em código de vantagem à parte, e será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento nas classes, implantação dos valores constantes nos Anexos I, II e III e revisões gerais anuais de subsídio.

§ 2º. A parcela correspondente à diferença de subsídio não estará sujeita a quaisquer reajustes e revisão geral anual.

CAPÍTULO II - DA COMPOSIÇÃO DO SUBSÍDIO

Art. 3º. O subsídio não exclui o direito à percepção de:

I - gratificação natalina, na forma do inciso IV do art. 34 da Constituição Estadual de 1989;

II - terço de férias, na forma do inciso X do art. 34 da Constituição Estadual de 1989;

III - diária, na forma da legislação em vigor;

IV - indenização por morte e acidentes pessoais, nos termos da Lei n.º 14.268/03 e Decreto n.º 3.494/04;

V - verba transitória decorrente de função privativa policial de chefia, direção e assessoramento, a ser regulamentada por lei;

VI - indenização por remoção, na forma da legislação em vigor;

VII - indenização por funeral, na forma da legislação em vigor;

VIII - abono de permanência, na forma da legislação em vigor;

IX - diferença de subsídio, na forma da presente Lei.

§ 1º. As verbas previstas nos incisos V e IX estão sujeitas à incidência do teto remuneratório.

§ 2º. As verbas descritas neste artigo não serão incorporadas aos proventos da reserva remunerada ou reforma e pensão.



CAPÍTULO III -

DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DO SUBSÍDIO E DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

Art. 4º. O subsídio para os policiais civis será estruturado em 11 (onze) referências para cada classe.

Parágrafo único. Para o ano de 2012, a implantação dar-se-á na forma do Anexo I, e para o ano de 2013, na forma do Anexo II.

Art. 5º. O subsídio dos delegados será estruturado em 8 (oito) referências para cada classe, conforme Anexo III.

Art. 6º. O desenvolvimento na carreira dos policiais civis e delegados será efetuado por meio dos institutos de promoção e progressão.

§ 1º. A promoção dos policiais e delegados para a classe imediatamente superior observará as normas contidas na legislação em vigor para cada carreira.

○ § 2º. O policial e o delegado ocuparão a nova classe na referência respectiva de seu tempo de serviço, conforme tabelas constantes nos Anexos I, II e III.

§ 3º. Não haverá promoção de policiais e delegados aposentados e geradores de pensão.

§ 4º. A progressão é a passagem de uma referência de subsídio para outra imediatamente posterior, dentro da mesma classe, ao policial e delegado que atingir 5 (cinco) anos de efetivo serviço prestado ao Estado do Paraná.

§ 5º. No momento em que o policial civil atingir a referência de número 6 (seis), a progressão ocorrerá a cada 2 (dois) anos de efetivo serviço prestado ao Estado do Paraná, conforme Anexo IV.

§ 6º. A progressão na carreira de delegado dar-se-á na forma do Anexo V.

§ 7º. Não haverá progressão de policial civil e do delegado aposentado e gerador de pensão.

Art. 7º. Na data da promulgação da presente Lei será efetivado o enquadramento do policial civil e delegado nas respectivas referências de subsídio, conforme o número de adicionais de tempo de serviço, na forma dos Anexos VI e VII.

○ **Parágrafo único.** O enquadramento do policial civil e delegado ativo será realizado pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, por intermédio de suas unidades administrativas competentes.

Art. 8º. O subsídio será objeto de revisão geral anual nos mesmos moldes e índices dos demais servidores estaduais.

§ 1º. A revisão geral anual de 2012, para os policiais civis e delegados, já está incluída no valor de subsídio fixado nos Anexos I e III, respectivamente.

§ 2º. A revisão geral anual de 2013, para os policiais civis, já está incluída no valor de subsídio fixado no Anexo II da presente Lei.

Art. 9º. O subsídio obedecerá ao disposto no teto remuneratório previsto no art. 37, XI da Constituição Federal.

Art. 10. Estão compreendidas no subsídio e por ele extintas as seguintes verbas do regime remuneratório anterior:

I - salário-base;

II - gratificação fixa de cargo em comissão;

III - gratificação adicional por tempo de serviço;

IV - gratificação adicional Emenda 19;

V - gratificação - Decreto 3.105/97;

VI - gratificação de representação de gabinete DAS;

VII - gratificação de encargos especiais;

VIII - função gratificada;

IX - substituições;

X - gratificação de representação de delegados;

XI - gratificação de realização de trabalho relevante;

XII - ajuda de custos;

XIII - gratificação de tempo integral sobre remuneração;

XIV - gratificação FUNRESPOL;

XV - tempo integral e dedicação exclusiva - Polícia Civil;

XVI - tempo integral e dedicação exclusiva;

☐ **XVII** - prêmio especial - armas;

XVIII - gratificação GEEBE;

XIX - correção monetária;

XX - revisões e outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionadas no art. 3º.

Parágrafo único. Não poderão ser concedidas, a qualquer tempo e a qualquer título, quaisquer outras vantagens com o mesmo título ou fundamento das verbas extintas na adoção do subsídio.

CAPÍTULO IV -

APLICAÇÃO DO SUBSÍDIO AOS POLICIAIS CIVIS E DELEGADOS APOSENTADOS E GERADORES DE PENSÃO

Art. 11. Aplica-se aos policiais civis e delegados aposentados e geradores de pensão o disposto nesta Lei.

☐ **§ 1º.** O valor do subsídio dos policiais civis e delegados aposentados e geradores de pensão será estipulado conforme a tabela constante dos Anexos I, II e III na referência correspondente ao número de adicionais por tempo de serviço na data da inativação ou do fato gerador de pensão.

§ 2º. O enquadramento do policial civil e delegado aposentado e gerador de pensão será realizado pela PARANAPREVIDÊNCIA, por intermédio de suas unidades administrativas competentes.

§ 3º. O cálculo dos proventos da aposentadoria e da pensão deve observar o teto remuneratório previsto no art. 37, XI da Constituição Federal.

CAPÍTULO V-

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Ficam expressamente revogadas todas as disposições de ordem remuneratória contidas em leis esparsas ou de carreira.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros e funcionais a partir de 1º de maio de 2012.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 24 de maio de 2012.

Flávio Arns

Governador do Estado em exercício

Reinaldo de Almeida Cesar
Secretário de Estado da Segurança Pública

Jorge Sebastião de Bem
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani
Chefe da Casa Civil



AJB/Prot.nº 11.459.538-1

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

ANEXOS:

| Exibir | Descrição |
|--------|----------------------|
| | anexo68426_27121.pdf |
| | anexo68426_27122.pdf |
| | anexo68426_27123.pdf |

© Casa Civil do Governo do Estado do Paraná
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná




CASA CIVIL



CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida  voltar 

Exibir Ato

 Página para impressão

Lei 17169 - 24 de Maio de 2012

Alterado Compilado Original 

Publicado no Diário Oficial nº. 8721 de 25 de Maio de 2012

Súmula: Dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, conforme dispõem a Constituição Estadual e a Constituição da República.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O sistema remuneratório dos militares estaduais, membros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, é estabelecido por meio de subsídio, fixado na forma da tabela constante no Anexo I da presente Lei.

Parágrafo único. O subsídio é fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio ou outra espécie remuneratória de carreira, salvo as verbas estabelecidas no art. 3º da presente Lei.

Art. 2º. Nenhuma redução remuneratória, de proventos ou pensão, poderá advir em consequência desta Lei, sendo assegurado ao militar ativo, da reserva, da reforma, e gerador de pensão o direito à percepção do valor da diferença entre a remuneração, legalmente percebida na data da publicação desta Lei, e o subsídio correspondente.

§ 1º. A diferença de subsídio de que trata este artigo será paga como verba de natureza provisória, em código de vantagem à parte e será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento nos postos, implantação dos valores constantes no Anexo I e revisões gerais anuais de subsídio.

§ 2º. A parcela correspondente à diferença de subsídio não estará sujeita a quaisquer reajustes e revisão geral anual.

CAPÍTULO II - DA COMPOSIÇÃO DO SUBSÍDIO

Art. 3º. O subsídio não exclui o direito à percepção de:

I - gratificação natalina, na forma do art. 45, § 8º e art. 34, inc. IV, da Constituição Estadual de 1989;

II - terço de férias, na forma do art. 34, inc. X e art. 45, § 8º, da Constituição Estadual de 1989;

III - diária, conforme legislação em vigor;

IV - indenização por morte e acidentes pessoais, nos termos da Lei 14.268/03 e Decreto nº 3.494/04;

V - verba transitória decorrente do exercício de função privativa policial de chefia, direção, assessoramento e aos integrantes da Casa Militar da Governadoria do Estado, a ser regulamentado por Lei.

VI - parcela transitória pelo exercício de ensino nas escolas da polícia, a ser regulamentada por decreto;

VII - indenização por remoção, na forma da presente Lei;

VIII - ressarcimento por funeral, na forma da presente Lei;

IX - abono de permanência, na forma da legislação em vigor;

X - diferença de subsídio, na forma da presente Lei.



§ 1º. As verbas previstas nos incisos V, VI e X estão sujeitas à incidência do teto remuneratório.

§ 2º. As verbas descritas neste artigo não serão incorporadas aos proventos da reserva remunerada ou reforma e pensão.

Art. 4º. A indenização por remoção é devida ao militar estadual nas transferências, sejam a pedido ou no interesse do serviço público, que impliquem em modificações de sede, no valor equivalente a 01 (um) subsídio de seu respectivo posto ou graduação.

§ 1º. A indenização por remoção será paga somente na efetivação da mudança de domicílio, em parcela única, sendo vedado o pagamento antecipado, o pagamento durante o período de fruição de férias e outros afastamentos.

§ 2º. A indenização por remoção não será incorporada e não servirá de base de cálculo para concessão de quaisquer vantagens.

☐ **§ 3º.** A indenização por remoção não poderá ser concedida concomitantemente com diária no novo domicílio.

§ 4º. O conceito de modificação de sede será regulamentado por decreto.

§ 5º. A indenização por remoção a pedido não poderá ser percebida mais que uma vez no período de 02 (dois) anos.

Art. 5º. O ressarcimento por funeral é devido para custeio das despesas decorrentes do falecimento do militar estadual no valor equivalente a 01 (um) subsídio do posto ou graduação ocupado.

§ 1º. Para o pagamento do ressarcimento por funeral é necessário que o cônjuge, companheiro (a) ou, à falta destes, qualquer pessoa, comprove ter suportado as despesas em virtude do falecimento do militar estadual mediante requerimento administrativo.

§ 2º. O pagamento do ressarcimento por funeral será deferido mediante requerimento administrativo, em parcela única, instruído obrigatoriamente com o atestado de óbito, nota fiscal em nome do requerente e comprovante de pagamento de traslado, se for o caso.

☐ **§ 3º.** O ressarcimento por funeral não servirá de base de cálculo para concessão de quaisquer outras vantagens.

CAPÍTULO III -

DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DO SUBSÍDIO E DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

Art. 6º. O subsídio do militar estadual, carreira organizada em níveis hierárquicos, será estruturado em 11 (onze) referências para cada posto ou graduação, conforme Anexo I.

Art. 7º. O desenvolvimento na carreira da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros dar-se-á pelos institutos da promoção e progressão.

§ 1º. A promoção do militar ativo de um posto ou graduação para outro imediatamente superior observará as normas contidas na legislação dos militares do Estado do Paraná.

§ 2º. Quando da promoção, o militar ocupará a mesma referência no novo posto ou graduação, conforme a tabela constante do Anexo I.

§ 3º. Não haverá promoção de militares da reserva remunerada, reformados e geradores de pensão, ressalvadas as hipóteses de promoção do policial que perder a vida em serviço, prevista no art. 265 da Lei 1.943/54, ou as decorrentes de ato de bravura, ou ainda, em virtude de ressarcimento por preterição.

§ 4º. A progressão é a passagem de uma referência de subsídio para outra imediatamente posterior, dentro do mesmo posto ou graduação, ao militar que atingir 5 (cinco) anos de efetivo serviço prestado ao Estado do Paraná, conforme Anexo III.

§ 5º. No momento em que o militar atingir a referência de número 6 (seis) a progressão ocorrerá a cada 2 (dois) anos de efetivo serviço prestado ao Estado do Paraná.

§ 6º. Não haverá progressão de militares da reserva remunerada, reformados e geradores de pensão.

Art. 8º. Na data da publicação da presente Lei será efetivado o enquadramento do militar ativo nas respectivas referências de subsídio, conforme o número de adicionais por tempo de serviço, na forma do Anexo II.

Parágrafo único. O enquadramento do militar ativo será realizado pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, por intermédio de suas unidades administrativas competentes.

Art. 9º. O subsídio será objeto de revisão geral anual nos mesmos moldes e índices dos demais servidores estaduais.

Parágrafo único. A revisão geral de 2012 já está incluída no valor de subsídio fixado no Anexo I.

Art. 10. O subsídio obedecerá ao disposto no teto remuneratório previsto no art. 37, XI da Constituição Federal.

☒ **Art. 11.** Estão compreendidas no subsídio e por ele extintas as seguintes verbas do regime remuneratório anterior:

I - soldo;

II - gratificação adicional por tempo de serviço;

III - gratificação localidade especial da PM;

IV - vantagem pessoal;

V - diferença de soldo;

VI - diferença de soldo judicial;

VII - salário-família;

VIII - gratificação de ensino – Colégio da Polícia Militar;

IX - gratificação de ensino – PMPR;

☒ **X** - substituição de pessoal militar – Soldo;

XI - substituição PM - Gratificação Especial;

XII - substituição PM - Gratificação Especial;

XIII - indenização de representação do pessoal militar;

XIV - ajuda de custo PM;

XV - aquisição uniformes PM;

XVI - indenização de transporte do pessoal militar;

XVII - indenização serviço extraordinário;

XVIII - operação escudo;

XIX - operação verão;

XX - operação safra;

XXI - operação Foz-seguro;

XXII - gratificação técnica;

XXIII - indenização de representação – Ass. Militar;



- XXIV - indenização de representação – Força Alfa;
XXV - prêmio especial armas;
XXVI - indenização de representação Casa Militar;
XVII - indenização de representação – Encargos;
XXVIII - vencimentos dos cargos de provimento em comissão;
XXIX - gratificação de cargo em comissão;
XXX - gratificação representação de gabinete DAS;
XXXI - adicional de inatividade;
XXXII - vantagem pessoal PMPR – Lei 16.469/10;
XXXIII - diferença de salário mínimo;
XXXIV - gratificação de tempo integral;

XXXV - revisões e outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionadas no art. 3º.

Parágrafo único. Não poderão ser concedidas, a qualquer tempo e a qualquer título, quaisquer outras vantagens com o mesmo título ou fundamento das verbas extintas na adoção do subsídio.

Art. 12. A remuneração do soldado de segunda classe passa a ser efetivada por meio de bolsa-auxílio no valor constante do Anexo I desta Lei.

Art. 13. O militar da graduação de soldado de 1ª classe, cabo, 3º sargento, 2º sargento, 1º sargento e subtenente, que for aprovado no curso de formação de oficiais, continuará a perceber o subsídio de sua respectiva graduação, até ser promovido a aspirante a oficial.

CAPÍTULO IV- **APLICAÇÃO DO SUBSÍDIO AOS MILITARES DA REFORMA,** **RESERVA REMUNERADA E GERADORES DE PENSÃO**

Art. 14. Aplica-se aos militares da reforma, reserva remunerada e aos geradores de pensão o disposto nesta Lei.

§ 1º. O valor do subsídio dos militares da reforma, reserva remunerada e dos geradores de pensão será estipulado conforme a tabela constante do Anexo I, na referência correspondente ao número de adicionais por tempo de serviço na data da inativação ou do fato gerador de pensão.

§ 2º. O enquadramento do militar da reforma, reserva remunerada e gerador de pensão será realizado pela PARANAPREVIDÊNCIA, por intermédio de suas unidades administrativas competentes.

§ 3º. O cálculo dos proventos da reserva remunerada, reforma e da pensão deve observar o teto remuneratório previsto no art. 37, XI da Constituição Federal.

CAPÍTULO V- **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DA CONTRIBUIÇÃO DO FASPM FRENTE AO SUBSÍDIO**

Art. 15. A contribuição em favor do Fundo de Assistência à Saúde dos Militares Estaduais – FASPM – será considerada de caráter facultativo.

§ 1º. Os militares estaduais da ativa, aposentados e geradores de pensão que tiverem interesse em contribuir para o FASPM devem manifestar sua concordância com o desconto, por escrito, diretamente à Presidência do Fundo.

§ 2º. O valor do desconto do FASPM será de 0,5 (meio por cento) do subsídio.

§ 3º. O valor do desconto do FASPM será acrescido em 0,2 (zero vírgula dois por cento) do subsídio por dependente, limitado ao percentual máximo de 2% (dois por cento).

Art. 16. Ficam expressamente revogadas todas as disposições de ordem remuneratória contidas em leis esparsas ou de carreira.



Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros e funcionais a partir de 1º de maio de 2012.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 24 de maio de 2012.



Flávio Arns

Governador do Estado em exercício

Reinaldo de Almeida Cesar

Secretário de Estado da Segurança Pública

Jorge Sebastião de Bem

Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani

Chefe da Casa Civil

AJB/Prot.nº 11.459.538-1

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

ANEXOS:

| Exibir | Descrição |
|--------|----------------------|
| | anexo68411_27119.pdf |
| | anexo68411_27120.pdf |

© Casa Civil do Governo do Estado do Paraná
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 395/2014

Projeto de Lei nº. 395/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 077/2014

Súmula: Acrescenta o inciso X no artigo 3º e dá nova redação ao § 1º do referido artigo, da Lei nº 17.170, de 24 de maio de 2012, que dispõe sobre a remuneração da Polícia Civil do Estado do Paraná.

EMENTA: ACRESCENTA O INCISO X NO ARTIGO 3º E DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 1º DO REFERIDO ARTIGO, DA LEI Nº 17.170/2012. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 13, 46, 47, 49, 65, 66 E 87 DA CE. ART. 144 DA CF. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, através da mensagem nº 077/2014, tem por finalidade acrescentar o inciso X no artigo 3º e dá nova redação ao § 1º do referido artigo, da Lei nº 17.170, de 24 de maio de 2012.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Art. 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a Constituição Estadual, em seu Art. 65, estabelece que:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

É de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre organização, garantias, direitos e deveres da Polícia Civil, conforme o artigo 13, inciso XVI, da Constituição do Estado do Paraná, determina:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

XVI - organização, garantias, direitos e deveres da Polícia Civil.

Ademais, a Constituição Estadual determina que a Polícia Civil subordina-se ao Governador do Estado, bem como sua remuneração é fixada na forma disposta pelo §4º do artigo 39 da Constituição Federal:

Art. 46. A segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos é exercida, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos:

Art. 47. A Polícia Civil, dirigida por delegado de polícia, preferencialmente da classe mais



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



§ 4º - às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 6º - As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º - A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39.

Com efeito, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre organização da Polícia Civil, são de iniciativa privativa do Governador do Estado, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



(...)

IV – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

Além disso, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, eis que a presente proposição não acarreta em aumento de despesas, tal que já anteriormente contempladas na legislação vigente.


Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.


Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.


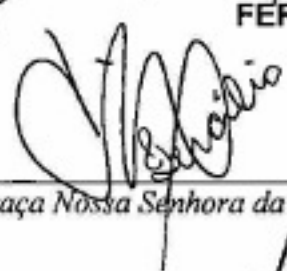
CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2014.


NELSON JUSTUS
Presidente


FERNANDO SCANAVACCA
Relator



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


PROVADO

16/09/14



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 395/14

RELATÓRIO

O presente Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 77/2014, e objetiva acrescentar o inciso X no art. 3º e dar nova redação ao § 1º do referido artigo, da Lei nº 17.170, de 24 de maio de 2012, que dispõe sobre a remuneração da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Procedida à análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Fernando Scanavaca, que exarou o devido parecer favorável que foi aprovado em virtude de sua constitucionalidade e por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

A Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, encontra-se plenamente justificada.

Vale ressaltar que o Projeto de Lei em epígrafe, encontra amparo legal, quanto a iniciativa e competência nos arts. 13, inciso XVI, 46, 47, 49, 65, 66 e 87 da Constituição do Estado.

Já a Constituição Federal em seu art. 144, inciso IV, §§ 4º, 6º, 7º e 9º, dispõe que a Segurança Pública é dever do Estado.

Vale observar que, a proposta em questão, não fere a Lei Complementar Federal nº 101/00. (Lei de Responsabilidade Fiscal).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

CONCLUSÃO


Sendo assim, esta Comissão de Finanças, nada encontrou que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

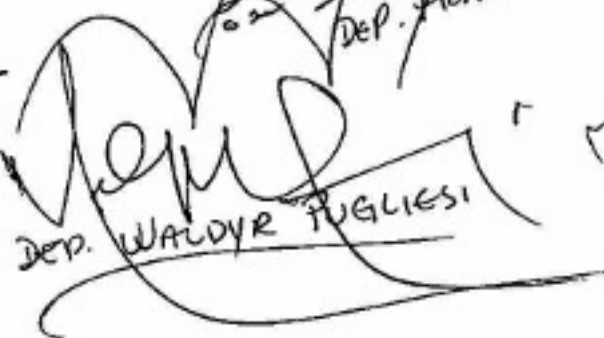
É o parecer.


Sala das Comissões, 13/10/14


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR


DEP. ENIO VERRINI


DEP. WALDYR FUGLIESI


DEP. FRANCISCO BÜCHER



COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 395/2014

Súmula: Mensagem nº 77/2014 – Acrescenta o inciso X no art. 3º e da nova redação ao parágrafo 1º do referido artigo, da Lei nº 17.170, de 24 de maio de 2012, que dispõe sobre a remuneração da Polícia Civil do Estado do Paraná.

RELATÓRIO

Em exame o Projeto de Lei nº 395/2014, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 077/2014, acrescenta o inciso X no art. 3º, da Lei nº 17.170, de 24 de maio de 2012, que dispõe sobre a remuneração da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Em observação ao art. 33-H do Regimento Interno, cabe a esta Comissão de Segurança Pública manifestar-se em relação ao Projeto de Lei em tela.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada a opinar a Comissão de Segurança Pública, encontrou méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois observa-se no artigo 46, inciso III da Constituição Estadual que a Segurança Pública é exercida, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, onde encontramos como um dos responsáveis Polícia Civil.

Ressalte-se ainda que o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do estado do Paraná, no art. 124, dispõe sobre a iniciativa de Projetos de Lei, em consonância com a Constituição Estadual, em seu Art. 65, estabelece que:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, e ao Procurador – Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta constituição.

Além disso, o Projeto de Lei em tela, encontra amparo legal quanto a iniciativa e competência nos arts. 13, inciso XVI, 46, 47, 49, 66 e 87 da Constituição Estadual.

Da mesma forma, a Constituição Federal no art. 144, inciso IV, parágrafos 4º, 6º, 7º e 9º, dispõe que:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

IV – policiais civis;

Paragrafo 4º - às polícias civis, dirigidas por delegado de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

Paragrafo 6º - As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do exercito, subordinam-se juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Paragrafo 7º - A Lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

Paragrafo 9º - A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do paragrafo 4º do art. 39.

Por fim, o Projeto de Lei não fere a Lei Complementar Federal nº 101/00.

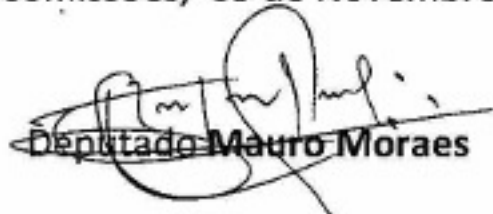
CONCLUSÃO

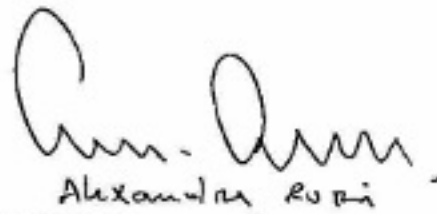
Procedida minuciosa análise da Proposição, e ainda considerando o Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça e comissão de finanças informa-se que nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa, estando o Projeto de Lei em condições de merecer o finalíssimo exame do Plenário desta casa.

Em sendo assim, esta Comissão de Segurança Pública, manifesta-se FAVORÁVELMENTE à Proposição em epígrafe.

Sala das Comissões, 05 de Novembro de 2014

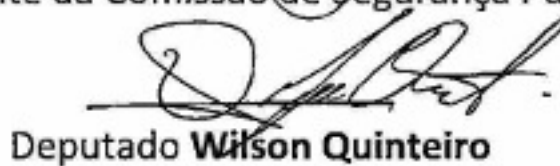

Nereu Moura

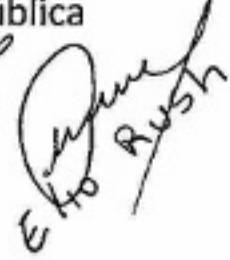

Deputado Mauro Moraes


Alexandre Luviz

Presidente da Comissão de Segurança Pública


Alexandre Luviz


Deputado Wilson Quinteiro


Elio Ruy

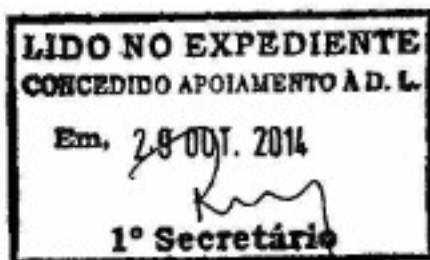
Relator

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 448/2014



Concessão de Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Fernando Francisco de Gois.

Art. 1º Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Fernando Francisco de Gois.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2014.

Deputado Tadeu Veneri

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

A história da Fundação Educacional Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias se confunde com a história de **Fernando Francisco de Gois**, o "Monge Pé de Chinelo", como é conhecido e gosta de ser chamado.

Em 1991, iniciaram-se os trabalhos da Fundação Profeta Elias, e em 1993 o Sr. Fernando inaugurou a Chácara Meninos de 4 Pinheiros, na cidade de Mandirituba, com o objetivo de atender melhor as especificidades do público-alvo que vinha sendo atendido na Vila Lindóia, ampliando o atendimento para o público de outras localidades da Grande Curitiba.

A Fundação Educacional Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias, que mantém a Chácara com 10 alqueires, de nome Pe. Eduardo Michelis surgiu do trabalho realizado pelos religiosos Carmelitas na década de 1980, durante as atividades de assistência às famílias, crianças e adolescentes da Comunidade Profeta Elias, na Vila Lindóia, Curitiba, que vinham de outras cidades para a capital, em busca de melhores condições de vida. Em 1984, o Sr. **Fernando Francisco de Gois**, vindo de São Paulo, chegou àquela comunidade como religioso, permanecendo até hoje.

Desenvolveu atividades educativas e recreativas com crianças em situação de risco social. Em 1991, iniciaram-se os trabalhos da Fundação Profeta Elias, e em 1993 deu-se a inauguração da "Chácara Meninos de 4 Pinheiros", na cidade de Mandirituba, com o objetivo de atender melhor as especificidades do público alvo que vinha sendo atendido na Vila Lindóia, ampliando o atendimento para o público de outras localidades, que fazem parte da Região Metropolitana da grande Curitiba.

Atualmente, a Fundação tem capacidade para 60 meninos, entre 06 e 18 anos, na modalidade de acolhimento institucional, em três casas lares em Mandirituba, com funcionamento integral, inclusive nos finais de semana, com serviço de acolhimento, atendimento psicossocial, educacional, clínico e odontológico, e um escritório no centro de Curitiba, que funciona em horário comercial.

91

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Vale ressaltar que, além do trabalho desenvolvido na Chácara Meninos de 4 Pinheiros (acolhimento institucional), a Fundação, ao longo de sua existência, vem realizando um trabalho contínuo junto à abordagem de rua, resultando numa mediação e intervenção eficaz para a recuperação das crianças e adolescentes em situação de rua.

Por estes motivos, consideramos que, o Senhor Fernando Francisco de Gois é merecedor do Título de Cidadão Honorário do Paraná, pelos valiosos serviços prestados ao Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



OFÍCIO

O Líder da Bancada do PT, Deputado Tadeu Veneri, que a este subscreve, vem informar que será usada uma cota de Título de Cidadão Honorário, correspondente ao Partido dos Trabalhadores, conforme controle de títulos de cidadão honorário e benemérito 2011 a 2014, em anexo.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2014.



Deputado Tadeu Veneri



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



OFÍCIO

O Líder da Bancada do PT, Deputado Tadeu Veneri, que a este subscreve, vem informar que será usada uma cota de Título de Cidadão Honorário, correspondente ao Partido dos Trabalhadores, conforme controle de títulos de cidadão honorário e benemérito 2011 a 2014, em anexo.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2014.



Deputado Tadeu Veneri



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 448/2014

Projeto de Lei nº. 448/2014
Autores: Deputado Tadeu Veneri.

Súmula: Concessão de Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Fernando Francisco de Gois.

EMENTA. TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Fernando Francisco de Gois.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.

(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembleia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão honorário.

No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, com as certidões necessárias devidamente juntadas, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

CONCLUSÃO

Assim, diante da **LEGALIDADE** do presente projeto, opinamos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2014.

DEP. NELSON JUSTUS
Presidente

DEP. FERNANDO SCANAVACA
Relator

DEP. Pastor

APROVADO
11.11.14



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 4ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 18/14

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 27 OUT 2014

1º Secretário

Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de setembro de 2014.

ART.1º.- Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 3, de 15 de março de 2004, com as modificações contidas na Resolução nº 3, de 13 de abril de 2009, referente ao mês de setembro de 2014.

ART. 2º.- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 21 de outubro de 2014.

DEPUTADO DULIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI NETO
Relator



JUSTIFICATIVA

A prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados relacionadas ao exercício de seus mandatos foi regulamentada pela Resolução nº 3, de 15 de março de 2004, com as modificações previstas pela Resolução nº 3, 13 de abril de 2009.

Formalizou-se a prestação de contas, apreciada e aprovada pelo Plenário desta Casa, em atendimento à Constituição Federal e à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª LEGISLATURA – 4ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº. 054/2014-CTC

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas, a Proposição em tela, que trata do relatório do movimento de créditos para atender despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de setembro de 2014, regulamentada pela Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009.

Examinada a matéria em epígrafe, entendo que as referidas contas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, atendendo a legislação em vigor, merecendo sua aprovação, dada a sua exatidão.

Assim sendo, conclui este Relator, pela aprovação da presente Proposição, transformando-a em Projeto de Resolução.

É o Parecer FAVORÁVEL – APROVADO.

Sala as Comissões em, 21 de setembro de 2014

[Assinatura]
Dep. Dufner

[Assinatura]
DEPUTADO DUILIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

[Assinatura]
DEPUTADO ANTONIO ANIBELLINETO
Relator

[Assinatura]
Dep. Lúcio

[Assinatura]
Dep. Dudaire
[Assinatura]
Dep. Curi